

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 789 - de 30 de junho a 14 de julho de 2016



NENHUM DIREITO A MENOS!

Juventude

Encontro Nacional da JR,
de 22 a 24 de julho
pág. 2

Diálogo e Ação Petista

Comitê Nacional repudia
ataque à sede do PT
pág. 5

Luta de classe

Servidores de Mato Grosso
seguem em greve
pág. 8

México

100 mil nas ruas em apoio
à greve de professores
pág. 11

Encontro Nacional da Juventude Revolução

Em pauta, o lugar da juventude na luta contra o golpe

A Juventude Revolução (JR) realiza entre os dias 22 e 24 de julho seu 14º Encontro Nacional. Em entrevista a O Trabalho, Victor Caíque Carvalho, coordenador da JR no Distrito Federal, fala sobre a atividade.



Victor Caíque

O Trabalho – Quais as expectativas sobre o encontro?

Vitor Caíque - Na conjuntura de golpe e acirramento da luta de classes, há expectativas de que esse encontro será central para renovar e ampliar nossa política. Ele vai acontecer na reta final da luta contra o impeachment da Dilma - ainda que a luta contra o golpe não tenha data para acabar, os dias que antecedem a votação no

Senado serão essenciais, e a JR precisa estar preparada para agir. Aliás, é como diz o tema do encontro: é preciso estar atento e forte!

Vamos reunir delegados eleitos pelos núcleos de todo o país para tratar, centralmente, da luta pelo Fora Temer. Nós não vamos aceitar um governo ilegítimo que quer tirar direitos da juventude e do povo trabalhador. Para nós, defender a Educação das garras dos golpistas e dos entreguistas está na ordem do dia, e o encontro vai servir para pautar isso também. Vamos eleger uma nova direção que terá como tarefa garantir que toda essa discussão se materialize na militância em vários estados. Eu creio que esse encontro que se realiza em um momento histórico terá a responsabilidade na habilidade de definir os rumos da militância lá para frente.

OT – Quais os problemas a serem enfrentados nessa luta?

VC - Com o governo ilegítimo instalado, pretendendo destruir os direitos da juventude e trabalhadores, será essencial termos clareza de nossos eixos para podermos ir às ruas, fazer discussões nas escolas e universidades, e mobilizar. É importante ter clareza de nossa política e afiná-la frente às

diversas armadilhas propostas pela esquerda, como eleições gerais ou plebiscito por eleições diretas, assim como a direita que vem se organizando ostensivamente para tentar fazer a juventude recuar, como vimos na UnB recentemente (ver abaixo). Nas entidades estudantis, a UJS, por exemplo, tenta jogar tudo pela antecipação das eleições, um tiro no pé, pois essa discussão dentro do movimento só tem servido para desmobilizar a juventude.

OT – Com delegações de vários estados, como o encontro é financiado?

VC - Temos como meta garantir que o encontro seja autofinanciado, para que a gente não dependa de ninguém e possa dizer o que achamos que temos de dizer. Os núcleos da JR estão fazendo arrecadação através das vendas dos nossos materiais e pedindo contribuições para jovens e companheiros. Por exemplo, no DF, temos vendido muita cartilha, broche, blusa e outros materiais próprios. Assim, ao mesmo tempo que garantimos nossa delegação, aproveitamos para difundir nossa política nos atos, escolas, universidades e bairros. Em um primeiro momento, achamos até que não conseguiríamos arrecadar muito com nossos próprios materiais, mas chegamos à conclusão

de que a arrecadação serviu inclusive como forma de abrimos contato e relação com estudantes que antes não conheciam a nossa organização. Tivemos um ótimo exemplo: vendemos botons com os dizeres “Fora Temer” em um ato em Brasília que rendeu para nosso caixa mais de 500 reais!

Por todo o país, estamos organizando arrecadações e discussões políticas entre nossos militantes para garantirmos um bom encontro. Com isso, nossa organização pode dar passos importantes e ter uma delegação preparada para debater e discutir os rumos de nossa luta para o próximo período.

PM de Alckmin invade a USP

“Foi uma chuva de bombas, com pessoas gritando”, diz estudante



Movimento estudantil reage aos ataques

Grupos organizados invadem UnB para intimidar a luta dos estudantes

Na Universidade de Brasília (UnB), na noite da sexta, 17 de junho, um grupo com cerca de vinte pessoas invadiu o prédio do Instituto Central de Ciências do campus Darcy Ribeiro portando barras de ferro, pedaços de pau e armas de choque, explodindo bombas e gritando palavras-de-ordem racistas, homofóbicas, buscando intimidar os estudantes.

Essa clara violência à comunidade acadêmica foi uma tentativa de acuar a mobilização que ocorre na UnB. Em meados do mês de maio, o Centro Acadêmico de Sociologia da Universidade de Brasília organizou uma paralisação em defesa da educação. Nesta, foram feitas passagens em salas, rodas de conversas, piquetes, entre outras atividades. Os setores de direita da Universidade, demonstrando profundo incômodo com a organização dos estudantes, reagiram com a exposição e perseguição de membros específicos do CA. A postura desses grupos conservadores reverberou para além dos limites do campus universitário, inflamando as viúvas do regime militar e até monarquia (!), os mesmos grupos que ocuparam as ruas contra o mandato da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff.

Em matéria publicada pelo Mídia Ninja, “Cai a máscara do fascismo na

UnB”, no dia 22 de junho, vem à tona os áudios que ligam a presença de representantes dos grupos liberais que atuam na UnB em grupo do Whatsapp intitulado “Invasão CA Sociologia”. Os áudios e prints mostram o objetivo claro de promover quebra-quebra na universidade e de gerar agressões para desarticular o movimento estudantil através do medo. Um agressor chega a dizer que deveria promover uma chacina.

A resposta da comunidade acadêmica veio no dia 20 de junho, em um ato organizado pelos centros acadêmicos que encheu a ala norte do principal prédio da universidade, em repúdio aos ataques contra a organização dos estudantes que na UnB caminha a todo fôlego em defesa da educação, contra os retrocessos e esse governo golpista. O que ocorreu no último mês na UnB é fruto da ruptura democrática e de uma conjuntura nacional cada vez mais acirrada. Os estudantes seguem firmes denunciando a conivência de



Mobilização na UnB contra ataques

grupos internos da Universidade com os setores mais conservadores da nossa sociedade e encampando cada vez mais firme e mais alto o Fora Temer!

Dayse Rodrigues

No dia 16 de junho, a Polícia Militar invadiu a Universidade de São Paulo, na capital paulista. O estudante e morador da USP, Igor Muraro, relata: “o morador que chegou no Conjunto Residencial da USP, o CRUSP, por volta das 23h deparou-se com o seguinte cenário: barulho de bombas e tiros, o corredor preenchido de fumaça, pessoas gritando, correndo, e a sensação de irritação nos olhos e na garganta. A chuva de bombas espalhou tanto gás a ponto de evacuar diversos moradores dos blocos próximos à ação da PM”.

A ação truculenta da PM tinha por objetivo reprimir a tentativa de ocupação dos blocos K e L - desocupados pelo Exército em 1968 e que desde então nunca retornaram para o CRUSP - por um grupo de estudantes que se retirou da Assembleia Geral dos Estudantes após terem perdido a votação sobre a proposta. Além das bombas, seis alunos foram detidos de forma violenta e ilegal.

Estes acontecimentos mostram qual é a resposta do Governador Geraldo Alckmin às exigências estudantis por mais moradia e permanência estudantil: Polícia Militar, gás, e bombas de efeito moral. É desta forma, com violência e repressão, que Alckmin quer garantir que seu projeto de sucateamento e desmonte da universidade pública seja aplicado, para concretizar o seu objetivo final, a privatização.

Resistir é preciso

A invasão da sede nacional do PT por uma equipe fortemente armada da Polícia Federal, em 23 de junho, é um fato grave e inédito desde o fim da ditadura militar, que mostra a situação do país com o golpe dado num conluio no interior das instituições do Estado, marcadamente a ofensiva do judiciário contra as organizações dos trabalhadores.

Como diz a nota do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista: "O objetivo das ações é criminalizar o PT e intimidar a sua militância pelo país afora, atemorizando as organizações populares em geral, no momento em que o governo golpista multiplica ataques aos direitos sociais e garantias nacionais duramente conquistados".

Sem a legitimidade conferida pela vontade popular, a política golpista só poderá prosperar a ferro e fogo.

Aos trancos e barrancos, a equipe golpista tenta viabilizar um ataque sem precedente à nação e aos trabalhadores.

É de autoria do atual chanceler, o golpista José Serra, o projeto de lei de entrega do Pré-sal às multinacionais petrolíferas. Assim como foi o atual ministro golpista dos Esportes, Leonardo Picciani, que desengavetou, na Câmara, o projeto de lei que permite às empresas estrangeiras a compra de terras. Temer declarou apoiar os dois projetos, e já fez aprovar na Câmara a ampliação de 20% para 30% a desvinculação das verbas da educação

e saúde (radicalizando a proposta errada do ex-ministro Barbosa que subia para 25%). O governo golpista pretende ainda atacar a Previdência Social e retirar direitos assegurados na CLT (fazendo o negociado prevalecer sobre o legislado) e também aprovar o projeto da terceirização.

ANTECIPAR ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS É LEGITIMAR O GOLPE

A situação exige uma resposta organizada da classe trabalhadora.

Para tanto, a CUT abriu a discussão da realização de uma greve geral – greve em defesa dos direitos ameaçados, objetivamente contra Temer e o golpismo -, movimento para o qual os trabalhadores precisam contar com suas organizações num combate decidido, desde a base, na sua preparação.

Para isso, é preciso encarar um problema. Por que, depois de 10 de junho, dia nacional de paralisação e manifestações, não cresce a resistência?

Ora, não é porque o governo golpista ganhe terreno junto às massas. Mas por uma certa confusão aberta nas fileiras do combate ao golpe.

A principal confusão é a proposta de plebiscito para a antecipação das eleições presidenciais, defendida pelo PCdoB, articulada

por senadores, com apoio de setores do PT e da CUT (nos dois casos não sendo posição de instância).

Em primeiro lugar, se fosse para convocar um plebiscito, seria para dar a palavra ao povo sobre a convocação de uma Constituinte Exclusiva fazer a reforma política dessas instituições apodrecidas, para avançar nas reformas que, há quatro mandatos, são esperadas do PT.

Em segundo lugar, propor consultar o povo sobre a antecipação sinaliza a disposição de abrir mão do mandato conferido pelo povo em 2014, num "pacto das elites" no Senado, esvaziando a denúncia do golpe.

Em última instância, a antecipação, independentemente das intenções de uns e outros, serve para legitimar o golpe dado para anular o resultado das urnas nas últimas eleições.

O que é preciso: ampliar e fortalecer a resistência, lutando pela restituição da soberania do voto, com um governo Dilma comprometido com medidas conformes aos interesses populares.

A defesa da democracia não termina aí. Passa por fazer valer, no governo, o contrário do ajuste fiscal, isto é, o inequívoco conteúdo do voto: a defesa dos empregos, salários, direitos e da riqueza nacional em benefício do povo.

Então, aí sim, Fora Temer, Nenhum Direito a Menos, é o primeiro passo.

A LUTA CONTRA A OPRESSÃO DA MULHER



Publicada pela editora Nova Palavra, a coletânea com textos de Engels, Marx, Clara Zetkin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Lenin e Alexandra Kollontai, busca recuperar uma abordagem de classe na luta contra a opressão da mulher. Abordagem necessária, diante do notável desvario da visão feminista e antimarxista da questão. Desvario que leva a qualificar o golpe em curso no Brasil - contra a democracia e a maioria oprimida da nação, a serviço do imperialismo - de misógino (aversão às mulheres), um "golpe patriarcal". Primeiro, porque é contra uma presidente mulher. Segundo, porque não tem mulher no ministério golpista.

As duas coisas são verdadeiras. Mas isso não caracteriza o golpe como "patriarcal", contra as mulheres. É um golpe pró imperialista, de classe, apoiado por homens e mulheres da classe dominante. Aliás,

apoiado pela senadora feminista Marta Suplicy (PMDB).

É verdade que Dilma é alvo do preconceito reacionário da ideologia burguesa contra a mulher, como é Lula, como operário.

Um golpe a serviço do capital financeiro, capital financeiro traz consigo todas as consequências da exploração do capital sobre o trabalho, contra homens e mulheres, brancos e negros, e todas as minorias discriminadas.

A coletânea visa mostrar que a luta contra opressão da mulher, inerente ao sistema capitalista, só pode ganhar toda sua dimensão na luta pela expropriação dos grandes meios de produção.

Derrotar o golpe é parte desse combate que diz respeito aos homens e mulheres da maioria oprimida da nação.

Adquira seu exemplar com os militantes de O Trabalho, ou através do site www.otrabalho.org.br - R\$ 15,00

Memória

10 MIL MÉDICOS RESIDENTES ENTRAM EM GREVE

A luta dos médicos assalariados de São Paulo, iniciada há pouco mais de um mês, já atingiu o país todo e, em cinco estados, 10 mil médicos residentes encontram-se em greve, negociando diretamente com entidades privadas, governos municipais, governos estaduais e com a própria presidência da República. Com assembleias gerais, atos públicos e cartas abertas à população, os médicos assalariados vão se colocando contra o arrocho salarial. (...) O movimento reivindicatório dos médicos assalariados é encarado com simpatia pelas outras categorias de trabalhadores. (...) [O] desvirtuamento dessa sua função primordial - criar uma medicina estatizada e gratuita - é a principal razão da atual situação de caos em que se encontra o atendimento médico brasileiro.



O Trabalho nº 4 - 6/7/1978

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br
Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Dilma se reúne com a Executiva do PT

Na TV, a presidente toma uma certa distância da “Antecipação”



Dilma com Executiva Nacional do PT, em 28 de junho

No Palácio da Alvorada, no último dia 28, a presidente eleita, Dilma, se reuniu pela primeira vez em 6 anos com os membros da Executiva do PT. Antes tarde do que nunca.

A troca de idéias sobre a situação política, recuperou a necessidade de uma reforma política para se poder governar o Brasil, vista a “podridão das instituições” e a “fragmentação dos partidos”.

As conclusões comuns integraram várias iniciativas mobilizadoras que a imprensa noticiou: intensificar as suas viagens para combater o impeachment, lançar um fundo de arrecadação para financiá-las (depois que o usurpador criou dificuldades na FAB) e reunir-se mais com os partidos políticos que a apoiam nesta etapa (PDT e PCdoB, além do PT).

Mas o principal foi a busca de sintonia entre Dilma e o PT na questão da antecipação das eleições presidenciais, onde a posição da maioria da Executiva é de não apoiar a proposta do PCdoB, de Boulos e de alguns senadores.

DS abraça a “antecipação”

Dizemos maioria, pois a corrente Democracia Socialista (DS), em nota (16/6), resolveu “vincular a volta da Presidenta Dilma à convocação do povo para deliberar” e “assumir a defesa de novas eleições já”.

Na véspera da reunião do Alvorada, o senador Lindbergh (PT-RJ), que já foi um entusiasta, avaliou que isso “não tem mais condições” (FSP, 29/6), embora Humberto (PT-PE) assegure que “isso ficou equacionado” na reunião (FSP, 29/6).

Mas, falando pela sua própria boca, numa entrevista ao SBT (29/6), Dilma tomou uma certa distância do plebiscito: “o que é importante para mim é manter a unidade dos que me apoiam. São parlamentares, movimentos sociais, intelectuais, que têm opiniões diferentes. Se os 27 senadores propuserem isso para mim, vou endossar.

Mas eu não vou tomar essa iniciativa, como sendo minha. Em qualquer hipótese, para se afirmar a democracia, passa por um requisito: a minha volta à Presidência da República, com plenos direitos”.

“Não tomo como minha”, portanto. Assim, hoje, ademais da crítica política determinante ao seu caráter conciliador e desmobilizador, o plebiscito está “virtualmente descartado, tecnicamente quase inviável”, segundo o insuspeito Valor (30/6): o decreto-legislativo do plebiscito precisaria ser apresentado por um terço do Senado e da Câmara, para depois ser aprovado pela maioria absoluta do Congresso (Temer se dispondo a puxar o carro...).

Carta Compromisso

Na saída da reunião no Alvorada, o presidente do PT, Rui Falcão, confirmou à Agência PT a intenção de Dilma apresentar “novos compromissos com o país através de uma carta aos brasileiros, examinada com os partidos que a apoiam e também as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo”. Ao que parece, no próximo dia 5.

Ainda segundo o Valor (30/6), Dilma anunciaria que “se voltar ao cargo, vai retomar o programa que apresentou na campanha eleitoral”.

Esperando que se confirme, sem superestimar a sua amplitude, mas no espírito de “nenhum direito a menos”, a renovação por Dilma de compromissos com o povo trabalhador, por exemplo, com a reforma política através da Constituinte, entre outros, é, de fato, uma necessidade.

É crucial para dialogar com setores populares, cuja confiança foi abalada pelo ajuste fiscal.

Ajudaria a ampliar a mobilização e derrotar o golpe que visa destruir ainda mais direitos e garantias, o que é a tarefa da hora.

Markus Sokol

Conferência Eleitoral em São Paulo

Discussão avança, com dificuldade

A Conferência Eleitoral sobre a política de alianças e a tática da reeleição de Haddad foi esvaziada (110 delegados dos 660 previstos).

O Diálogo e Ação Petista (DAP) da Capital propôs colocar no centro a luta contra o golpe com um selo #Fora Temer!, a ser colocado em todos os materiais eleitorais. Foi adotado por unanimidade. O DAP também aprovou emenda por “um programa de governo cuja plataforma tenha clara orientação de retomada, para a administração pública, dos serviços públicos como saúde, educação”.

A Conferência iniciou um balanço que a direção local não queria fazer. O DAP argumentou que “nossas chapas majoritária e proporcional devem refletir um balanço da desastrosa política de alianças que o PT adotou”. Propôs e foi adotado “Nenhum golpista em nossas chapas! Nem na chapa majoritária, onde é imperioso que o vice escolhido pelo prefeito, Challita ou outro, condene o golpe publicamente”. Challita, atual PDT, ex-PMDB, foi secretário do PSDB.

Na chapa proporcional, a direção propôs coligação com PDT, PR e PROS, siglas que sobram da vasta “base aliada” do prefeito. Essa forma de colocar

a questão no PT - listar siglas disponíveis, antes de discutir programa - é uma das críticas à “política de alianças” cada vez mais descaracterizada com programas rebaixados a qualquer partido.

Aliança, mas por mudanças

Um partido de transformação como o PT deve fazer alianças, sim, mas com base num programa popular de mudanças no plano municipal.

Nele, além dos partidos de classe ou socialistas, cabem setores populares de outros partidos comprometidos com esse programa. Em siglas que, como o PDT, seguirem com a plataforma, cabe aos conhecidos reacionários decidir o que fazer (se abster da eleição, cair fora...) e o PT construiria, de fato, uma base aliada.

Nesta conferência, o DAP propôs uma chapa petista, já que o PCdoB decidiu lançar chapa própria de vereadores e apoiar Haddad para ampliar sua bancada. A emenda obteve expressivos 44% dos votos, derrotada pelo “argumento” de que PR-PROS-PDT resistiriam a apoiar Haddad fora da chapa proporcional... onde elegerão vereadores à custa do PT!

Bárbara Corrales

João Paulo, candidato no Recife

O PT pode se levantar



Amplamente majoritária na base, a candidatura do ex-prefeito, João Paulo, foi referendada por unanimidade pelo Diretório Estadual de Pernambuco.

O presidente do PT-Recife, Oscar Barreto (DS), recuou da candidatura do deputado Silvio Costa (PRB) e também desistiu de apresentar-se Zé de Oliveira (Coletivo Quilombo/CNB), após discussão com o presidente nacional Rui Falcão.

O PT, que já governou a cidade por três mandatos, pode voltar, assim, a levantar

a cabeça após um período de alianças confusas e derrotas, oscilando em torno do PSB (hoje na prefeitura) do falecido governador Eduardo Campos, cortejado por Lula e outros.

O presidente do PT-PE, Bruno Ribeiro, ainda propôs aprovar em bloco a decisão de todos os municípios com menos de 100 mil habitantes, cujos Diretórios haviam decidido por candidatura própria. Oscar Barreto contrapôs à Executiva fazer uma “triagem” das alianças propostas nesses municípios. Mas prevaleceu o apoio às candidaturas próprias de petistas como um gesto, para ganhar os DMs para a política de aliança do Diretório Nacional.

Ao final, a decisão dos DMs nos municípios por candidaturas próprias foi referendada, com a inclusão por acordo do acompanhamento por uma comissão da Executiva no sentido da orientação do DN de “não apoiar golpistas”.

Alex Valença

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



EM DEFESA DO PT!

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP) reuniu-se em 24 de junho, um dia após o gravíssimo episódio da invasão da sede nacional do Partido dos Trabalhadores, um fato sem precedentes desde o fim da ditadura militar.

No mesmo local da invasão e diante da inconsistência da primeira reação do PT, o Comitê Nacional aprovou uma declaração de repúdio à ação policial (leia nesta página a nota do DAP na íntegra).

O Comitê Nacional discutiu também a situação política a partir das manifestações contra o golpe de 10 de junho,

e reafirmou sua posição contrária à proposta de antecipação das eleições, pois isso significa afrontar o mandato dado à Dilma em 2014. O Diálogo e Ação Petista defende: Fora Temer! Nenhum direito a menos.

A reunião teve também informes sobre o plebiscito no Reino Unido, que decidiu pela retirada do país da União Europeia, e sobre a convocação da 9ª Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, pelo Acordo Internacional do Trabalhadores e dos Povos (leia matéria a respeito em <https://petista.org.br/>).

O Comitê Nacional apoia a realização de um Seminário Internacional sobre a Lava Jato, já decidido no Diretório Nacional do PT.

Outro ponto abordado foi o Encontro Nacional Extraordinário do PT, marcado para dezembro. A próxima reunião do Comitê Nacional (15 de julho) discutirá um Manifesto do DAP para o Encontro Extraordinário, considerando a proposta de um debate aberto, mais amplo, de lançamento do Manifesto.

Roberto Salomão



Comitê nacional do DAP, em reunião na sede do PT, dia 24 de junho

REPÚDIO À INVASÃO DA SEDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Nota do Comitê Nacional do DAP

Repudiamos o fato inusitado da maior gravidade que foi a ação de invasão da sede nacional do Partido dos Trabalhadores, no último dia 23 de junho, no bojo da “Operação Custo Brasil”, orquestrada pelo Ministério Público Federal paulista com o juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, Paulo Bueno de Azevedo, e executada pela Polícia Federal.

Sem precedente desde o fim da ditadura militar há três décadas, a invasão, agora, da sede de um partido político, no caso o PT, utilizou o pretexto da apreensão de materiais, não obstante disponíveis, o que é um ultraje.

A Operação incluiu ordens de prisão preventiva e condução coercitiva de lideranças do PT, com clara violação de competência na ação de “busca e apreensão” na residência funcional da senadora Gleisi Hoffman, em Brasília, portanto, violação de uma dependência do Senado da República.

As ações são muito mais do que um espetáculo diversionista da opinião pública que, por outro lado, vê envolvidos em pesadas acusações de corrupção a alta cúpula do PMDB de Cunha, inclusive o usurpador vice-presidente Michel Temer, assim como o PSDB do senador Aécio, o



Inaceitável cerco e invasão à sede do partido

PSB de Eduardo Campos (falecido) e a Rede de Marina, entre outros.

É mais, também, do que apenas tentar reavivar a sustentação do processo de impeachment da presidente legítima, Dilma Rousseff, por hora em trâmite de julgamento no Senado.

Às seis horas da manhã, numa ação de comando, homens fortemente armados em traje de combate camuflado, junto com a infalível Rede Globo, chegaram, entraram e bloquearam a entrada da

sede do PT ao longo de 8 horas. As imagens foram, depois, expostas e repetidas à exaustão pelas várias mídias.

O objetivo das ações é criminalizar o PT e intimidar a sua militância pelo país afora, atemorizando as organizações populares em geral, no momento em que o governo golpista multiplica ataques aos direitos sociais e garantias nacionais duramente conquistados.

Que ninguém mais se sinta protegido por direitos democráticos, a polícia tudo pode, essa é a mensagem. Como quando, há poucos meses, a Polícia Militar paulista, do então secretário de Segurança, hoje ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, invadiu a subsede do Sindicato dos Metalúrgicos, em Diadema.

Estamos assistindo a uma escalada, com traços de ditadura do Judiciário, rumo a um antidemocrático estado de exceção.

Estas ações pedem uma reação à altura do Partido dos Trabalhadores e de todos os democratas.

Comitê Nacional
do Diálogo e Ação Petista
São Paulo, 25 de junho de 2016

NÃO À ANTECIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Debate dos grupos de base do DAP no Distrito Federal

O Diálogo e Ação Petista do Distrito Federal reuniu, em 20 de junho, quatro grupos de base (Educação, Ministério do Planejamento, Entorno e Banco Central).

Na discussão sobre a proposta de antecipação das eleições presidenciais, todas as falas foram categóricas na rejeição da proposta porque enfraquece a luta contra o impeachment e pela democracia, que exige a recondução de Dilma à presidência. Os participantes entenderam que Dilma deve voltar para cumprir o programa que a elegeu.

Houve também consenso em que o único plebiscito aceitável, no momento em que Dilma retornar, seria o plebiscito pela Constituinte Exclusiva para promover uma profunda reforma política.

Sobre a greve geral, os presentes consideraram que o assunto deve ser debatido e deliberado pelas centrais sindicais, responsáveis pela organização e defesa dos trabalhadores.

Correspondente

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

Grupo de base do Diálogo e Ação Petista de Ilhéus-Itabuna/BA impulsiona a luta dos trabalhadores da Emasa- Empresa Municipal de Água e Saneamento contra a privatização da empresa pelo prefeito de Itabuna, Vane do Renascer (PRB). Os trabalhadores ocuparam a Câmara dos Vereadores para impedir a leitura e

aprovação do projeto de lei de concessão da Emasa à iniciativa privada.

Os companheiros solicitaram ao Comitê Nacional do DAP ajuda para ampliar a luta por meio de moções de apoio de todo o movimento sindical e operário, a serem enviadas ao SINDAE-CUT/BA, imprensa@sindae-ba.org.br, com cópia para erickmaia13itb@gmail.com.

EM DEFESA DA CEF

Em Recife, militantes do Diálogo e Ação Petista da CEF, com alguns diretores do Sindicato dos Bancários de PE, impulsionaram a construção de um “Comitê em Defesa da Caixa Contra o Golpe”, em defesa da democracia, por “Fora Temer, Nenhum Direito a Menos”. O comitê, presente no Ato “Mulheres com

Dilma”, no centro da capital, no último dia 17 de junho, distribuiu cerca de 2.000 cópias de uma Carta Aberta à Presidente, pelo o fora Temer e pedindo a volta da Presidente Dilma, segundo Antônio Guerra (Tony), advogado da Caixa e coordenador do “Comitê Em Defesa da Caixa e Contra o Golpe”.

“Lutamos para manter o conquistado”

Na zona sul da capital paulista, manifestação “fora Temer”

O Comitê Contra o Golpe e Pela Democracia de Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim São Luís, em conjunto com movimentos de moradia da zona sul da capital paulista, fizeram manifestação na estrada de Itapeverica no último dia 27. Ela partiu do empreendimento Dom José I, conquista da Associação Modelar no Minha Casa Minha Vida Entidades, e seguiu em passeata até o metrô Capão Redondo onde o “Judas Temer” foi malhado.

Reuniram-se mais de 200 pessoas dos movimentos de moradia, entre eles a UMZ Sul, Povo em Ação, Terra Prometida, FLM, além de militantes dos movimentos de saúde, juventude, mulheres, educação. O vereador Alfreddinho (PT) esteve presente.

Foi distribuída uma “Carta Aberta à População” denunciando cortes no programa Minha Casa Minha Vida e



Manifestação Fora Temer na zona sul de São Paulo

outras medidas de retirada de direitos promovidas pelo governo golpista do Temer. Graça, da direção da UMM, e Dito, da CMP, tomaram a palavra para denunciar o corte de 45 mil moradias no país, e que outras manifestações estão sendo organizadas. Paulina, presidente do DZ PT Campo Limpo,

lembrou que os conjuntos habitacionais por onde passava a passeata são conquistas da luta dos movimentos de moradia. Pessoas abriam os vidros dos carros, buzonavam em sinal de apoio, saíam de casa para ver a passeata. Quem participou saiu fortalecido, com mais confiança na luta, mais

coragem para falar e seguir adiante para pôr para fora o Temer e defender nossos direitos.

Raquel Fernandes

CARTA ABERTA

“Lutamos para manter o pouco que conquistamos: nenhum direito a menos!”, diz a carta distribuída pelos manifestantes que se posicionaram contra o fim do reajuste do salário mínimo, a reformulação do Programa Minha Casa Minha vida, o aumento da idade mínima para aposentadoria, a diminuição de verbas para a educação e saúde (SUS), a flexibilização dos direitos trabalhistas e a privatização da CEF e da Petrobras.

Sindicato rechaça ataque

Reação imediata obriga recuo do governo golpista

Em 20 de junho, a sala da seção sindical do Sindsep-DF (servidores federais) no Ministério do Planejamento (MPOG) foi arrombada a mando da direção do órgão, tendo divisórias arrancadas, móveis e armários retirados, com material arquivado espalhado pelo chão.

O pretexto dado foi a necessidade de mais espaço para abrigar a Corregedoria do órgão. Para tanto, atacaram uma seção sindical que funciona há 13 anos no local. Nos fatos, trata-se de um ataque à organização dos trabalhadores feito por membros de um governo golpista!

Já na manhã do dia 21, reagindo ao ataque, diretores do Sindsep-DF e servidores ocuparam o espaço anunciando que só sairiam dali com a restituição de um local e dos pertences da seção sindical. Passaram a noite em vigília e quando esperavam o chefe de gabinete do secretário-executivo do MPOG para uma conversa, às 15h30, a segurança do órgão tentou de novo invadir a sala, sem sucesso dada a resistência dos servidores.

No final da noite de 22 de junho, o chefe de gabinete procurou os sindicalistas e servidores, que não arredavam pé da ocupação, para oferecer outra sala, em melhores condições, para instalar a seção sindical. Proposta que foi aceita e, ainda na madrugada do dia 23, foi iniciada a mudança.

Oton Neves, secretário-geral do Sindsep-DF, fez o balanço: “É inegável que foi a resistência dos servidores que manteve nossa seção sindical. Paulo

Pimenta (RS) e Érika Kokai (DF), deputados federais petistas, também nos ajudaram. Nossa posição diante do governo golpista segue a mesma: Fora Temer, nenhum direito a menos”.

Correspondente

KASSAB EM MANAUS, AGRESSÃO A SERVIDORES

Em 17 de junho, a visita do ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) terminou em agressão física a servidores contrários à fusão do MCTI com o Ministério das Comunicações.

Quando o Comitê INPA pela Democracia e dirigentes do Sindsep-AM foram esperar os visitantes nos fundos do gabinete da presidência do instituto – por onde eles entraram para evitar contato com a imprensa e manifestantes – e gritaram “Fica MCTI, Fora Temer!”, foram atacados pela comitiva de Kassab. O deputado Pauderney Avelino bateu boca com servidores e um de seus seguranças deu um soco no médico veterinário Diogo Lagroteria, que registrou BO a respeito.

O Sindsep-AM denunciou também na ocasião a “Lei da morada” que existe no INPA, para tentar impedir manifestações dos servidores.

Solidariedade internacional

Prossegue o apoio à luta contra o golpe no Brasil

MÉXICO

O Comitê contra o golpe no Brasil, criado em março, vem realizando atividades como encontros na Casa de Cultura México Brasil e vigílias durante a votação da admissibilidade do impeachment, na Câmara e no Senado, na cidade do México.

Os membros do comitê, que se reúne semanalmente, também fazem palestras em organizações sindicais e em 10 de junho foi realizado o arraial “Fora Temer” com cerca de 60 pessoas.

FRANÇA

O Coletivo de Solidariedade França-Brasil, que pede ao governo francês que “não reconheça o usurpador Temer”, realizou uma entrevista coletiva no último dia 24 em Paris. Ele é formado por associações de solidariedade com a América Latina, o Partido Comunista Francês, o Partido da Esquerda, o Partido Operário Independente e entidades de brasileiros, como o Movimento Democrático 18 de Março, o Núcleo do

PT na França, entre outros.

Maria José Malheiros, ex-exilada e fundadora do PT, falando em nome do sindicato dos técnicos da CGT-Paris, lembrou na coletiva a mensagem enviada pela FUP-CUT em apoio à recente greve nas refinarias francesas contra a “Lei do Trabalho” de Hollande.

HAITI

O Movimento pela liberdade e igualdade dos haitianos, pela fraternidade (MOLEGHAF), que impulsiona a luta pela retirada das tropas da ONU no Haiti, em mensagem de solidariedade enviada ao Brasil afirma: « O imperialismo estadunidense utiliza todos os meios para combater a classe operária brasileira, combater seu partido, o PT. O MOLEGHAF denuncia veementemente o golpe de Estado dado pelos inimigos da democracia, pela oligarquia brasileira, pelo imperialismo estadunidense, que nada mais é que uma máquina de guerra, de repressão, de desmantelamento das nações.”



Em congresso de bancários na Argentina, sindicalistas chilenos, uruguaios, e colombianos ao lado dos brasileiros da Contraf-CUT.

CUT tem que barrar golpe contra a classe trabalhadora

Preparar a greve geral e rejeitar falsa saída de antecipar eleições

Em 5 de julho, a executiva nacional da CUT se reúne. Ela está chamada a decisões importantes num momento crucial da situação política da nação.

Sem dúvida, o principal é armar de cima a baixo a central para enfrentar os ataques do governo golpista de Temer aos direitos trabalhistas, sociais e à nação: terceirização, “negociado sobre o legislado”, aumento da idade mínima para aposentadoria, desvinculação dos recursos para Saúde e Educação, entrega do Pré-sal às multinacionais, privatizações.

São questões concretas que não podem ser enfrentadas de forma isolada por uma categoria ou ramo. Daí a necessidade de preparar a greve geral, para a qual, inclusive, a CUT pode dirigir-se às outras centrais propondo unidade de ação (ver OT 788). É claro que tal unidade tem que se dar em cima de reivindicações claras – retirada da reforma da Previdência, não à terceirização (PLS 30) – e não de slogans genéricos como “contra o desemprego” (sem propor nada de concreto).



Constata-se, entretanto, que a grande maioria das CUTs estaduais não fizeram plenárias para discutir a greve geral e são poucos os sindicatos que fizeram discussões ou consultas junto às suas bases sobre a necessidade deste instrumento de luta. Trata-se, portanto, de retomar um plano de preparação da greve geral.

Falsa saída que paralisa

Desde a mobilização nacional de 10 de junho por “Fora Temer”, uma

discussão vinda “de cima” – a da antecipação das eleições presidenciais, condição imposta por senadores para “mudar de voto” sobre o impeachment de Dilma – impactou dirigentes da CUT.

O presidente da central, Vagner Freitas, deu entrevista à Folha de São Paulo dizendo que proporia à executiva nacional uma mudança de posição a esse respeito. O secretário geral, Sérgio Nobre, no Encontro de

Comunicação da CUT, defendeu a “antecipação” como posição pessoal.

Seria uma saída positiva? De nenhuma forma, pois, que sentido teria Dilma retomar a presidência e propor a redução de seu mandato constitucional? Seria mais bem uma legitimação do golpe com “plebiscito popular”.

O único plebiscito que a CUT deve defender é o de uma Constituinte para fazer a reforma política, pois com as atuais instituições (Congresso 2/3 golpista, Judiciário “todo poderoso” agente do golpe) nem Dilma, nem qualquer outro presidente “progressista” será capaz de governar.

Rejeitar a falsa saída da “antecipação das eleições presidenciais” e adotar um plano de preparação da greve geral, se constituem nas questões centrais para a CUT preservar o protagonismo que conquistou na luta por “Fora Temer, nenhum direito a menos!”.

Julio Turra

Em defesa do Pré-sal e da Petrobras

Trabalhadores ocupam sede da empresa em São Paulo

Em 24 de junho, a CUT, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), Sindipetro SP e movimentos sociais ligados à Frente Brasil Popular ocuparam, desde às 6h da manhã, o prédio da Petrobrás na Av. Paulista em São Paulo. Seu objetivo era denunciar a política do governo golpista de desmonte e entrega da empresa às multinacionais.

Os seguranças tinham ordens para não deixar fechar os elevadores e a PM de Alckmin foi chamada para reprimir. Mas a ocupação ocorreu e várias falas de manifestantes destacaram os ataques que a Petrobras e os seus trabalhadores vem sofrendo do governo interino.

Temer quer abrir a exploração do Pré-sal para as multinacionais, por isso nomeou Pedro Parente presidente da Petrobras, o mesmo que, no governo de FHC, era conhecido como “ministro do apagão” e defensor da privatização.

Parente é a favor do desmonte da empresa e apoia o PL 4567/16 de José Serra (PSDB), que quer acabar com o regime de partilha, tirando da Petrobras a função de operadora única do Pré-sal, e acabar com a participação

mínima de 30% da empresa nos processos de licitações para exploração das reservas.

O presidente da CUT SP, Douglas Izzo, destacou: “Agora o tucano tem privilegiado somente a relação com os países com interesses de exploração aos produtos nacionais”, se referindo ao ministro golpista Serra.

Para Cibele, coordenadora do Sindipetro-SP e secretária de Juventude da CUT-SP: “Não vamos aceitar entregar as nossas riquezas nacionais enquanto eles cortam os direitos dos trabalhadores falando que não têm dinheiro. O Pré-sal é para sustentar e financiar os direitos sociais e as gerações futuras. Não faz sentido querer colocar teto nos gastos públicos se temos uma das maiores riquezas mundiais em nosso subsolo” (site da CUT SP).

O ato dentro do prédio foi encerrado e na porta da Petrobrás mais entidades se somaram para marcar este dia de luta. A certeza que fica é que esse governo golpista não terá um dia de sossego, os trabalhadores não aceitarão sua política de destruição da Petrobras.

João B. Gomes

Reunião com golpistas!?

Presidente do ANDES se reúne com ministro que reprimiu ato da CNTE

Os docentes das universidades, que fizeram manifestações contra o golpe em curso, foram surpreendidos pela notícia publicada no portal do ANDES-SN de que o sindicato seria recebido pelo interventor golpista no MEC, Mendonça Filho. Essa audiência vem após o 2º Encontro Nacional de Educação, cujo manifesto final, aliás, não toca na luta contra o golpe.

Segundo a notícia, “Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, explica que o Sindicato Nacional, que já havia protocolado a pauta e não obteve resposta, protocolou-a novamente após o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a mudança de gestão do ministério”. Rizzo vai adiante: “Pedimos essa audiência porque queremos estabelecer um processo de negociação.”

Na abertura do 61º Conselho do ANDES-SN (CONAD), em Boa Vista (RR), o portal do sindicato registra que “Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, apresentou brevemente aos presentes a pauta de reivindicação dos docentes federais, ressaltando a importância da abertura de um processo de negociação entre o Sindicato Nacional e o MEC”.

CONAD deve discutir

A vida se encarregou, mais cedo do que o esperado, de deixar claro o inaceitável desta política da direção do ANDES-SN, que certamente será questionada no CONAD pelos docentes reunidos no agrupamento “Renova ANDES”. Um dia depois da audiência de Rizzo com o Mendoncinha, em 29 de junho, a CNTE (CUT) liderou uma ocupação do MEC para denunciar o golpismo na educação, sendo recebida com uma bárbara repressão pelo ministro que recebeu Rizzo!

A direção do ANDES-SN, assim, reconhece o governo golpista e decide negociar com ele! O sindicato se coloca na posição de legitimar e sustentar a legalidade deste governo, na contramão da luta da esmagadora maioria do movimento sindical e popular!

O 61º CONAD se iniciou no fechamento desta edição (30/06), abrindo a oportunidade de reverter este curso que desarma a categoria num momento de graves ataques aos direitos dos trabalhadores, de desmonte das políticas sociais e de liquidação da educação que constituem o conteúdo do golpe.

Eudes Baima

Trabalhadores da CEF: construir a greve geral

Congresso da categoria decide combater o golpe, em defesa do banco público

Entre os dias 17 e 19 de junho, com mais de 800 participantes, ocorreu em São Paulo o 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef). No mesmo período, reuniu-se o 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Carlos de Souza, enalteceu a importância do 1º Seminário Nacional em Defesa dos Bancos Públicos, realizado na sexta-feira (17), que reuniu bancários de bancos públicos e privados, além de envolver diversos atores da sociedade civil, movimentos sindicais, sociais e populares, MST e parlamentares, dizendo que seu objetivo “é debater a grande ameaça que o governo do presidente interino, Michel Temer, representa ao patrimônio público”.



Plenária do 32º Conecef

Ainda segundo Carlos Souza, “A volta da agenda neoliberal significa a abertura de capital de empresas públicas, desregulamentação, extinção de órgãos de controle, dispensa de licitação, retirada de direitos, enfim, um grande retrocesso para o país. Estamos vivenciando o mesmo enredo usado pelo governo FHC para justificar a entrega do patrimônio brasileiro na década de 90. Diante desse quadro pre-

ocupante, estaremos reunindo forças neste seminário para construir uma grande unidade nacional em defesa dos bancos públicos”.

Mobilizar pelo Fora Temer

No 32º Conecef, realizado nos dias seguintes, foi aprovada a pauta de reivindicações específicas da Campanha Nacional dos Bancários em 2016, tendo como eixos o Fora Temer e a

Defesa da Caixa 100% pública, do fortalecimento do papel social do banco, de condições dignas de trabalho e mais contratação de empregados.

Segundo o site da FENAE (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), além da aprovação da estratégia de campanha nacional unificada dos trabalhadores dos bancos públicos e privados, “os participantes do 32º Conecef definiram a mobilização pelo Fora Temer, diante da ameaça real para os direitos dos trabalhadores e para as empresas públicas. Para isso, os delegados e as delegadas decidiram juntar esforços ao movimento social e sindical na construção de uma Greve Geral que mobilize a sociedade, envolvendo as centrais sindicais e os movimentos populares organizados”.

Edmilson Menezes

Servidores do MT continuam em greve

Mobilização completa um mês

A greve dos servidores do estado de Mato Grosso, que começou no dia 31 de maio, já é histórica, pela unidade das diversas carreiras que compõem a categoria.

Estão em greve a educação, saúde, polícia civil, sistema penitenciário, Detran, e demais servidores do setor administrativo do estado. Apesar da pressão do governo, a categoria está muito mobilizada, com uma demonstração da radicalização da base.

A reivindicação que unifica os servidores é a revisão anual dos salários, com o pagamento integral das perdas inflacionárias do ano anterior, como prevê a lei de 2004, de revisão geral anual (RGA). Lei que vem sendo atacada pelo governo de Pedro Taques (PSDB), aliado de primeira hora do golpista Temer.

Para ajudar na vitória do movimento, foi criado o comando de mobilização no caso do Sintep, professores, o maior sindicato do estado. O comando também participa das mobilizações chamadas coletivamente pelo Fórum Sindical, organismo de coordenação que reúne 32 sindicatos dos servidores do Estado, dos quais 28 entraram em greve.

O comando dos professores também busca ajudar a formar comandos de greve em categorias com pouca experiência, uma vez que nunca fizeram greve, como SENDESMT (Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social do Mato Grosso).

A greve também é forte no interior.



Servidores em greve contra o governador Pedro Taques (PSDB)

Na cidade de Cáceres, foi constituído um comando de mobilização que integrou diferentes categorias. Lá é onde a greve está mais bem organizada, onde se fazem plenárias permanentes, com mobilizações decididas coletivamente, com servidores e sindicalistas, que inclusive conseguiram reverter o voto de dois deputados da região que estavam a favor do governo.

Obstáculos à mobilização

Apesar de toda mobilização e de construção pela base de atividades para a vitória da greve, há uma dificuldade muito grande com a direção de alguns sindicatos do Fórum Sindical, que a todo momento tende a ceder às chantagens do governo, por intermédio da Assembleia Legislativa, com propostas que não chegam nem perto daquilo que os servidores querem.

Um dos problemas enfrentados na greve é que há sindicatos que com- põem o Fórum Sindical que fazem

reuniões com deputados da base do governo e não informam para suas bases. Nessas reuniões, os deputados tentam fazer com que os sindicatos aceitem propostas muitos rebaixadas.

Robinson Cireia, dirigente da CUT de Mato Grosso, diz que “foi para contribuir na organização da greve, que começamos a participar das reuniões do Fórum Sindical, inclusive das negociações com os parlamentares. Até mesmo para dizer que o Fórum Sindical não pode se comprometer com qualquer proposta sem que essa seja amplamente discutida nas bases.”

Há duas propostas em discussão na Assembleia Legislativa: a do governo, que parcela 6% em três vezes até o ano de 2017, submetendo o restante à Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso significa um calote nos servidores, uma vez que é o governo que controla a política de arrecadação e não quer parar de dar milhões para os fazendeiros do agronegócio, conhecidos sonegadores

de impostos.

Outra proposta é da oposição, com o apoio de nove deputados que, apesar de também parcelar o valor das perdas de 2015, garante o pagamento de todo o valor até abril de 2017.

Ataques aos servidores

Sem chegar a um acordo, já foram canceladas quatro sessões da Assembleia Legislativa, os ataques aos servidores permanecem e aumenta a tensão. Na última sessão, houve xingamentos a sindicalistas. O líder do governo chamou um sindicalista de vagabundo.

O governador Pedro Taques tenta aplicar em Mato Grosso a política do golpista Temer que é de ataque aos direitos dos trabalhadores, como o congelamento de salários. Aos poucos, a pauta nacional dos golpistas vai se tornando conhecida e recebe o combate dos servidores em luta na greve aqui em Mato Grosso. O resultado é o desgaste do governador Pedro Taques, que até pouco tempo tinha 70% de aprovação e agora está em rápida queda.

A passagem da tocha olímpica em Mato Grosso representou uma verdadeira vergonha para o governador, que não teve coragem de participar de nenhuma cerimônia pública, uma vez que todas as atividades da tocha, desde a chegada no aeroporto até a última atividade, tiveram mobilizações de servidores.

Correspondente

O golpe é contra os trabalhadores

Terceirização e prevalência do negociado sobre legislado para acabar com direitos

O ministro golpista da Casa Civil, Eliseu Padilha, faz campanha aberta pelo fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em almoço com empresários no dia 16 de junho, promovido por João Doria, pré-candidato do PSDB à prefeitura paulista, ele discursou: “o Brasil precisa facilitar a competitividade” e assim superar a legislação trabalhista.

As leis que garantem os direitos trabalhistas (férias, 13o etc) foram criadas em 1943 com a CLT. Com a luta dos trabalhadores, em 1946, outras conquistas a ela foram incorporadas: direito de greve, de repouso remunerado aos domingos e feriados entre outras.

Agora, permitir que empresas terceirizem tudo, inclusive sua atividade

principal, levará a substituição de todos seus empregados por trabalhadores informais, sem direitos – tornando inútil a CLT. É isso que pretende o PLC30 (Projeto de Lei da Terceirização), que já foi aprovado pela Câmara e está para ser votado pelo Senado (ver box).

Quando afirmou, em palestra sobre o PLC 30 que “o projeto que está no Senado tem que ser votado com alguma rapidez”, Padilha foi ovacionado por empresários. Também para deleite da plateia patronal ele afirmou que “a década de 40 já ficou para trás. Os trabalhadores “vão ver que a gente [empresários] não tem saída. Ou caminhamos neste rumo, ou ficaremos cada dia pior”.



Durante almoço, empresários se deliciam com fala do golpista Padilha

Aplaudido por empresário é fácil

O presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT contra-atacou o golpista numa declaração. “Nós, desafiamos o ministro golpista a defender a terceirização na frente dos trabalhadores. Ser aplaudido por empresários é fácil. Vá até a porta de uma fábrica e pergunte aos trabalhadores quem quer ser terceirizado, quem quer ser demitido e recontratado com salários achatados, sem direitos, com condições precárias de trabalho. Pois os que já são terceirizados sabem que um dos principais problemas é o calote. As empresas contratantes não cumprem as obrigações trabalhistas. 80% dos acidentes e mortes no trabalho acontecem com terceirizados. Os sindicatos e a negociação coletiva estão em cheque com a terceirização. “Por tudo isso, lutaremos contra ela na nossa Campanha Salarial 2016, sob o lema: ‘Sem pato, sem golpe, por mais empregos e direitos”.

Já o ministro golpista defendeu, além

da terceirização, outro mecanismo de destruição dos direitos trabalhistas: o de fazer prevalecer o negociado sobre o legislado. “Temos que ver o que os países desenvolvidos estão fazendo, e temos que fazer aqui. A sobreposição do pactuado sobre o legislado, isso é o mundo hoje”.

O que Padilha não explicou é que quando o legislado (as leis que obrigam empresas a respeitar direitos) pode ser substituído por uma “negociação”, empresários vão impor nela o que quiserem – já que têm o poder de demitir – e aos trabalhadores, sem mais amparo na lei terão, restará a aceitação de “acordos” com cada vez menos direitos e salários.

Ele tampouco explicou que, no mundo todo, trabalhadores têm se mobilizado, com greves e manifestações, como ocorre na França, por exemplo, exatamente para impedir a quebra de leis trabalhistas. E é para barrar tais quebras de direitos que as centrais sindicais brasileiras precisam chamar uma greve geral.

Alberto Handfas

EXPLORAÇÃO SEM FREIO

O PLC 30 que está no Senado, foi aprovado, à época como PL 4330, na Câmara Federal em abril de 2015. A CUT e outras centrais, menos a Força Sindical, combateram contra o PL 4330 que permite a terceirização em atividades fim, o que, segundo estimativas, deve ampliar em 75% o percentual de trabalhadores terceirizados. Segundo um representante do Ministério Público do Trabalho, Helder Amorin esse projeto, “desmantela o sistema de proteção social do trabalhador por reduzir a remuneração e aumentar a jornada de trabalho”. Entende-se porque os empresários aplaudiram tanto a Padilha quando pediu rapidez para a aprovação no Senado.

Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que a jornada normal de um terceirizado é, em média, de três horas a mais por semana em relação a um trabalhador contratado diretamente pela empresa.

Com salários menores, os trabalhadores terceirizados estão submetidos a piores condições de trabalho.

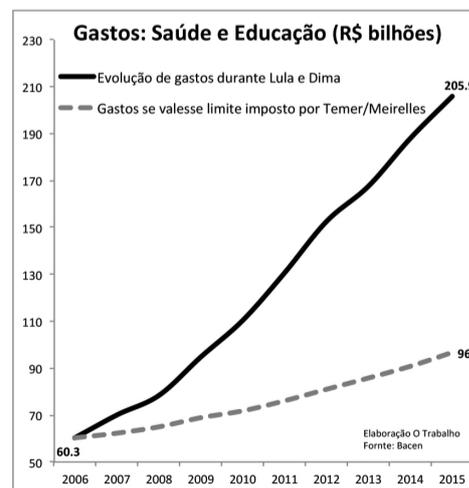
Para a aprovação do PL4330, foram determinantes os votos do PMDB e PSDB, com a ajuda do Solidariedade do Paulinho da Força, os golpistas que invadiram o Planalto.

Renegociação amarra estados aos cortes

Acordo com governadores sobre a dívida prevê limite de gasto e privatização

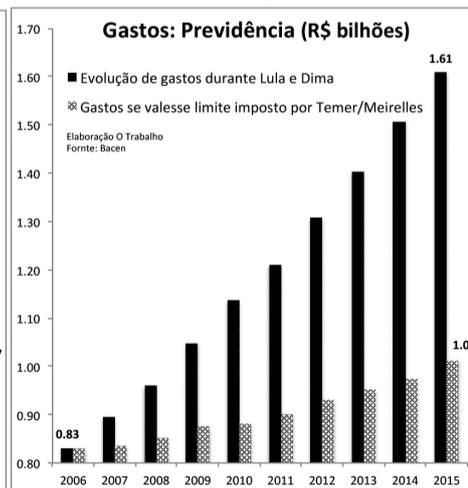
O governo golpista fechou acordo com governadores de renegociação das dívidas dos Estados com a União (a ser estendido aos municípios). Em troca de alguma folga (carência de 6 meses e certo alívio em 2018), impôs aos governos estaduais limite igual ao da União: é proibido aumentar gastos acima da inflação do ano anterior. Tal limite, segundo a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) preparada pelo ministro golpista, Henrique Meirelles, já entregue ao Congresso, será estendido por 20 anos.

Assim, gastos sociais e investimentos públicos em saúde e educação e previdência ficarão congelados em termos reais por duas décadas, enquanto a arrecadação com impostos seguirá crescendo com o crescimento da economia. Isso significa que tais gastos representarão uma parcela cada vez menor da arrecadação, aumentando a parcela para pagamento de dívida.



Tudo pelo pagamento de juros

O gráfico mostra o que teria ocorrido caso tal regra proposta agora por Meirelles e Temer, estivesse em vigor desde 2006. Com os limites, gastos com Educação e Saúde teriam de ser menos da metade do que de fato foram. A Previdência seria mais



de um terço menor. A diferença, pela regra Temer/Meirelles, seria destinada ao pagamento de juros da dívida pública!

Mas isso inviabilizaria as obrigações constitucionais que vinculam arrecadação de impostos a tais gastos sociais. Inviabilizaria inclusive o

pagamento das aposentadorias; para não falar de seu reajuste pelo salário mínimo.

É exatamente isso o que ocorrerá nos próximos 20 anos, caso a PEC seja aprovada. Tudo para garantir juros aos banqueiros. Por isso mesmo Meirelles está enviando PEC que, segundo ele, “enfrentará o problema da dívida”. Segundo o líder do governo golpista na Câmara, André Moura (PSC-SE), a PEC será tratada “no ritmo mais célere possível. A intenção é que a gente possa votar o mais rápido possível para que ela possa ir para o Senado.”

Além de tal limite, Temer e Meirelles exigiram dos governadores, como contrapartida à renegociação da dívida, a privatização de empresas estatais; por exemplo, a Cia. de Águas e Esgotos do Rio, ou a Celg de Goiás. Proibiram também que os governadores façam qualquer reajuste real de salários aos servidores públicos.

A Greve Geral na trajetória da CUT

Em várias ocasiões, a central convocou suas bases a usarem esse instrumento de luta

Desde a 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada na Praia Grande (SP) entre 21 e 23 de agosto de 1981, a indicação de uma greve geral entrou no plano de ação adotado pelos mais de 5 mil delegados.

A CONCLAT foi a primeira grande reunião de todos os setores do movimento sindical brasileiro depois do golpe militar de 1964, com mais de mil sindicatos representados. Ela criou a Comissão Nacional pró-CUT, com o mandato de organizar o congresso de fundação em 1982. Manobras dos setores ligados ao sindicalismo pelego levaram o adiamento do congresso para 1983.

A primeira greve geral, ainda durante a ditadura, ocorreu por chamado da Comissão Pró-CUT faltando um mês para a instalação do congresso de fundação. Foi uma resposta positiva à greve nacional dos petroleiros que havia sido deflagrada e que sofrera repressão, inclusive com a intervenção e afastamento de dirigentes.

Realizada em 21 de julho de 1983, a greve geral paralisou três milhões de trabalhadores, como metalúrgicos, bancários, metroviários, professores e servidores públicos, com grandes manifestações nas principais capitais estaduais. Seu impacto político foi enorme, com novas intervenções em sindicatos e cassações de dirigentes. Ela pavimentou o terreno para que o setor do "novo sindicalismo" bancasse a realização do congresso de fundação da CUT (28 de agosto de 1983), rompendo com as chantagens dos pelegos e seus aliados que queriam uma vez mais adiar a fundação da central.

Logo no início do mandato de Fernando Collor, a CUT, desta vez junto com a CGT e CGTB, convocou uma Greve Nacional das categorias em luta em 12 de junho de 1990, reivindicando reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação de terras cadastradas no INCRA, defesa dos serviços públicos e não pagamento da dívida externa.

Especial GREVE GERAL
2 08/ Junho/90

Central Única dos Trabalhadores

Resolução da Executiva Nacional Ampliada de CUT realizada nos dias 07 e 08 de Junho
Greve Geral das categorias em luta a partir do dia 12 de junho

O plano econômico do governo Collor foi apresentado como meio capaz de gerar a inflação sem prejudicar os trabalhadores e de promover o crescimento econômico do país. Já se passaram quase 90 dias de implementação e a realidade é outra. A inflação está atingindo níveis que comprometem a sobrevivência dos trabalhadores e a capacidade de consumo da população. No dia 12, em Brasília, a maioria da Executiva Nacional aprovou a convocação de uma greve geral em todo o país, a partir do dia 12 de junho.

Os salários não foram reajustados e os preços aumentaram. A inflação continuou a subir e os salários não foram reajustados. A CUT convocou uma greve geral em todo o país, a partir do dia 12 de junho.

CONVOCANDO TODOS OS TRABALHADORES A SE INTEGRAREM NESTA LUTA POR EMPREGO, DEFESA DOS SALÁRIOS, REPOSIÇÃO MENSAL DA INFLAÇÃO, FIM DAS DEMISSÕES, CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO, DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS CADASTRADAS NO INCRA, DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA.

1. Faltam salários e não há reposição mensal da inflação.
2. Reposição das perdas salariais (84,32%).
3. Fim das demissões e das reduções dos salários.
4. Contrato Coletivo de Trabalho.
5. Desapropriação imediata de terras e reassentamento dos trabalhadores rurais e indígenas.
6. Fim das perdas dos serviços, do patrimônio público e da entrega de serviços essenciais.
7. Não pagamento da dívida externa.
8. Fim das eleições da democracia.

A Executiva Nacional da CUT convocou uma greve geral em todo o país, a partir do dia 12 de junho, para lutar por emprego, defesa dos salários, reposição mensal da inflação, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação de terras cadastradas no INCRA, defesa dos serviços públicos e não pagamento da dívida externa.

São Paulo, 8 de junho de 1990
Executiva Nacional da CUT

Asssembleias já realizadas: 126
A realizar-se: 89
Decidiram aderir à greve: 86
Contra a greve: 10
Semi informações: 30 assembleias
Plenárias realizadas: 29, das quais 13 com informações
Entidades reunidas: 256

Greve geral preparada com a realização de assembleias nas bases das categorias

Contra pacotes de Sarney

Já constituída e em fase de grande crescimento, a CUT volta a lançar mão da greve geral contra pacotes econômicos do governo Sarney (1985-1990).

Assim, em 12 de dezembro de 1986, em conjunto com a CGT (que reunia os pelegos e setores que não apoiaram a fundação da CUT, como

PCB, PCdoB e MR-8), a CUT chamou à greve geral contra o Plano Cruzado, em defesa do salário, pelo congelamento de preços, em defesa das estatais e contra o pagamento da dívida externa.

25 milhões aderiram à greve geral, no ABC paulista a paralisação foi total e manifestações ocorreram em todo o país.

Em 20 de agosto de 1987, nova greve geral é convocada para protestar contra o Plano Bresser de arrocho nos salários, novamente em conjunto com a CGT incluía também a exigência política de "Diretas Já" (Sarney era vice de Tancredo, eleito no Colégio Eleitoral da ditadura). De menor envergadura que a anterior, também registrou manifestações em grandes cidades e milhões cruzaram os braços.

Em 14 e 15 de março de 1989, desta vez por 48 horas, a greve geral é convocada, desta vez contra o Plano Verão que trazia recessão e desemprego, pela recuperação das perdas salariais e reajuste mensal de salários de acordo com a inflação, congelamento dos preços dos produtos básicos e "Fora Sarney". 35 milhões de trabalhadores aderiram ao movimento e houve grandes manifestações nas capitais.

No governo Collor (1990-92)

Logo no início do mandato de Fernando Collor, a CUT, desta vez junto com a CGT e CGTB, convocou uma Greve Nacional das categorias em luta em 12 de junho de 1990, reivindicando reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação de terras cadastradas no INCRA, defesa dos serviços públicos e não pagamento da dívida externa.

Em 22 e 23 de maio de 1991, a CUT, novamente ao lado das duas CGTs, convocou greve geral por 48 horas pela reposição das perdas salariais, garantia de emprego, defesa dos serviços públicos, reforma agrária, fim do aumento abusivo dos aluguéis e prestações da casa própria e em defesa da democracia. Cerca de 19,5

milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades em todo o país.

As mobilizações sindicais do período engrossaram o movimento "Fora Collor" que iria derrubar o presidente ao final de 1992.

Na "Era FHC" nova greve geral

Em 21 de junho de 1996, no primeiro mandato de FHC, a CUT deflagrou

GREVE GERAL
DIA 12 1986

NÃO AO PACOTE

EM DEFESA DOS SALÁRIOS
PELO REAL CONGELAMENTO DE PREÇOS

CUT NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

a Greve Nacional pela manutenção dos direitos.

Fernando Henrique aplicava uma política de privatização e flexibilização dos direitos trabalhistas, de acordo com o receituário do FMI. A greve geral foi organizada em conjunto com a CGT e Força Sindical (surgida em 1991) e tinha como centro emprego, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais e trabalhistas. 12 milhões de trabalhadores responderam paralisando suas atividades em todo o país.

Já no final do segundo mandato de FHC, em 21 de março de 2002, um Dia Nacional de Luta contra a flexibilização da CLT, pretendida pelo ministro do Trabalho Dornelles com a modificação do artigo 618 da CLT (para permitir que o "negociado prevaleça sobre o legislado"), ainda sem que tenha sido convocado como greve geral, provocou paralisações, manifestações e passeatas em todo o Brasil. Essa mobilização nacional derrotou o governo, seu ministro e a Força Sindical que defendiam a flexibilização da legislação trabalhista. Com a eleição de Lula no final de 2002, um de seus primeiros atos de governo foi arquivar a proposta de Dornelles.

Lições que ficam para hoje

Pelo menos desde 2002 a CUT não convoca uma greve geral, seja sozinha ou em conjunto com outras centrais.

O que nos fica como ensinamento das greves gerais dos anos 80, 90 e 2000? Elas foram utilizadas contra planos ou "pacotes econômicos" dos governos que promoviam ataques ao conjunto da classe e seus direitos. As greves gerais incidiram no cenário político nacional e combinavam reivindicações imediatas com a luta por reformas (como a reforma agrária) e palavras de ordem que questionavam o poder de turno ("Xô Sarney", "Diretas Já", "Fora Collor", "Fora FHC"), abrindo a perspectiva de derrotá-lo.

Trata-se da mesma situação que enfrentamos agora, em meados de 2016, diante da política anunciada pelo governo golpista de Temer: flexibilização e corte de direitos sociais e trabalhistas (terceirização ilimitada e "negociado sobre o legislado"), aumento da idade mínima para aposentadoria, privatização de estatais e serviços públicos, entrega do Pré-sal às multinacionais, desvinculação das receitas para Saúde e Educação, negação às reformas populares pendentes (agrária, urbana, política, tributária).

A necessidade objetiva da greve geral é enfrentar ataques que vem contra toda a classe trabalhadora. Seu conteúdo político está dirigido contra o governo Temer, fruto de um golpe de Estado e a serviço do imperialismo e do empresariado. Logo, a sua discussão e preparação com as bases cutistas é urgente.

Lauro Fagundes

GREVE GERAL CUT 1987

VAMOS PARAR PORQUE ASSIM NÃO DÁ!

DIA 20 AGOSTO

ROUBARAM 37,74% DE NOSSOS SALÁRIOS E O GATILHO PARA PAGAR A DÍVIDA EXTERNA

QUEREMOS:

- A devolução do que foi roubado
- Gatilho mensal de acordo com o Dieese
- Garantia de emprego para todos
- Não pagamento da dívida externa
- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores
- Direitos dos trabalhadores garantidos na Constituição
- Diretas Já

22 E 23 DE MAIO 1991

PARE

GREVE GERAL

CUT

México: 100 mil pessoas em defesa dos professores

Manifestação em solidariedade à greve nacional do magistério e repúdio ao massacre de Noxchitlán

Domingo, 26 de junho. O Paseo de la Reforma, principal avenida financeira da Cidade do México, foi tomada por uma grande multidão, vinda de todos os estados mexicanos. Uma manifestação convocada pelo partido político Movimento de Regeneração Nacional (Morena), de Andrés Manuel López Obrador, colocava-se “em defesa dos professores ultrajados, feridos ou que perderam a vida”. A imprensa falou em 60 mil pessoas, mas o total chegou a 100 mil participantes. Foi a maior manifestação dos últimos anos.

A greve nacional dos professores, impulsionada pela Coordenação Nacional de Trabalhadores da Educação

(CNTE), começou em 15 de maio. A greve se concentra em quatro estados (de um total de 32), mas tem uma dimensão nacional porque em todos os estados os professores realizaram inúmeras manifestações de rua, ocupações de escolas, bloqueios de ruas, estradas e centros comerciais, greves parciais de um dia e até de uma semana.

A greve é pela revogação da “reforma” educacional e em particular pela



100 mil se manifestam em apoio aos professores

eliminação da chamada avaliação, que os professores chamam de avaliação punitiva, ou avaliação-demissão. Foram demitidos vários milhares de professores. O governo não informa o número correto.

A repressão ao movimento ocorre de diversas formas: prisão de dirigentes sindicais do estado de Oaxaca, envio de dezenas de milhares de policiais aos quatro estados para conter as mobilizações, até o massacre realizado pela Polícia Federal em Noxchitlán, a 80 quilômetros da cidade de Oaxaca, no qual morreram pelo menos oito pessoas e há outras desaparecidas.

Fora Peña Nieto

O Morena foi o único dos partidos

institucionais que se declarou solidário aos professores, convocando esse grande ato. López Obrador, em sua fala, propôs a destituição do secretário de Governo, Osorio Chong, que apontou como o principal responsável pelo massacre. Propôs também ao presidente Peña Nieto a formação de um governo de transição “com uma nova atitude que inclua o diálogo e a reconciliação”, com o objetivo de que as eleições de 2018 se realizem em ordem e em paz.

Quando o dirigente do Morena propôs a destituição de Chong, a massa gritou “Fora Nuño” (secretário da Educação, principal executor da reforma e instrumento direto do presidente). Nas três horas de duração do ato, houve gritos permanentes de “Fora Peña Nieto” e “Solidariedade com os professores”.

O que ressalta dessa enorme manifestação é o impacto social e político nacional que tem a greve do magistério, agudizado com o massacre de Noxchitlán. Os professores estão dispostos a continuar essa luta nacional, enquanto o governo de Peña Nieto não cede à reivindicação do professorado de revogar a avaliação-demissão.

Correspondente

SOLIDARIEDADE

Um comunicado do Acordo Internacional dos Trabalhadores (AcIT) chama “a todas as organizações operárias e democráticas a darem conhecimento da mobilização dos professores mexicanos, a organizar a solidariedade com sua luta, e a protestar energicamente junto ao governo Peña Nieto e às embaixadas do México.

Fim dos assassinatos, punição aos responsáveis pelo massacre!
Libertação imediata dos presos!”

Enviar tomadas de posição para:

Presidente do México - enrique.penanieto@precidencia.gob.mx

Professores contra a privatização - unidad.contra.evaluacion@gmail.com

“Ameaças que podem liquidar a causa palestina”

Israel quer sabotar a projeto do retorno dos refugiados

Publicamos trechos da intervenção de Salah Salah, membro do Conselho Nacional Palestino, na reunião da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT), da qual também é integrante, ocorrida na Argélia em 28 e 29 de maio.

“Como indiquei em minha carta à coordenação do AcIT, a causa palestina está seriamente ameaçada por inúmeros projetos que tentam privar o povo palestino de sua nação e de seu direito à autodeterminação, privar os refugiados do direito ao retorno às suas casas e propriedades, e também conduzir a um reconhecimento, pela Autoridade Palestina (AP), da natureza judaica do Estado de Israel. Isso conduzirá a um êxodo e a uma limpeza étnica de todos os palestinos, como ocorreu em 1948 e em 1967.

Os Estados Unidos foram os primeiros a apoiar esses projetos. Essa iniciativa estadunidense, que estava nitidamente alinhada com Israel, fracassou.

De sua parte, a França chamou uma



conferência internacional restrita, com a presença da AP, de Israel, de alguns países árabes, dos EUA e de alguns países europeus. A iniciativa francesa consiste em organizar as negociações, cuja duração não ultrapassaria 18 meses, com o objetivo de encontrar uma saída realista para a questão dos refugiados palestinos por meio do pagamento de indenizações e reparações, o reconhecimento da judaicidade do Estado de Israel, a instauração de um Estado Palestino

desarmado nas fronteiras de 4 de junho de 1967, com troca de territórios e acordo sobre suas superfícies.

A AP de Ramallah (cidade da Cisjordânia que abriga a AP – NdT) aceitou a iniciativa francesa. Israel rejeitou essa iniciativa, mesmo se ela respondia a todas as suas exigências, pois o Estado sionista quer prosseguir um diálogo direto e sem intermediários com os palestinos, longe de qualquer intervenção e pressão estrangeira, venha de onde vier, mesmo que seja de seu interesse.

Durante o diálogo sobre a proposta francesa, o presidente egípcio, Abdel Fattah el-Sisi, de maneira surpreendente, apresentou sua proposta, que consiste em aproximar os pontos de vista dos diferentes grupos palestinos e ser o intermediário na retomada das negociações de paz entre palestinos e israelenses.

Esse plano anuncia a disposição da Arábia Saudita e de outros países árabes de modificar o que eles chamam de ‘iniciativa árabe pela paz’, apresentada pela Arábia Saudita e aprovada pela Liga Árabe em 2002. As mudanças comportam o abando-

no de dois direitos fundamentais (as colinas sírias de Golã, território que Israel anexou às suas fronteiras, e o direito dos refugiados ao retorno).

A questão que se coloca hoje é: por que todos esses projetos?

1. A diversificação dos projetos e iniciativas propostas criaram confusão e fizeram fracassar todos os esforços para encontrar uma solução. O que dá a Israel o tempo necessário para prosseguir seus planos de sabotar o projeto do retorno dos refugiados e de instauração de um Estado Palestino.

2. Permite a Israel arrancar mais concessões à custa dos direitos do povo palestino. 3. Justificar os esforços árabes e internacionais, em colaboração com a AP, para acabar com a Intifada (reação do povo palestino à ocupação de seus territórios – NdT), sob o pretexto de que a continuidade das negociações exige o fim da ‘violência e do terrorismo’.

4. Aproveitar as contradições entre e no interior dos regimes árabes para obter mais concessões e normalizar as relações com eles, impelindo-os a abandonar a causa do povo palestino.”

Depois do referendo no Reino Unido

Acabar com o governo conservador

Se existe um fato que todos os comentaristas não conseguem esconder é que o voto no último dia 23 foi majoritariamente do eleitorado popular, com 72% de participação. Em alguns distritos operários, o voto pela saída da União Europeia (UE) ultrapassou 60%, com altas taxas de participação. Os centros industriais votaram em massa pela saída: Great Yarmouth (71%), Castle Point (73%), Redcar & Cleveland (66%).

Os trabalhadores votaram contra a direção da confederação sindical TUC, que realizou uma campanha vergonhosa, declarando que todos os direitos trabalhistas britânicos existiam graças à UE. Votaram contra a direção do Labour Party (Partido Trabalhista), que não hesitou em fazer campanha com os conservadores e David Cameron. Também votaram contra Jeremy Corbyn, principal dirigente do Labour Party, eleito por uma ampla maioria da base do partido e dos sindicatos, contra a antiga direção direitista. Mesmo se Corbyn recusou fazer campanha com a direita, sua campanha por "Uma outra Europa possível, uma Europa social" tinha como objetivo impedir qualquer expressão independente da classe operária.

A responsabilidade dos dirigentes do Labour Party

Além disso, as questões do referendo foram obscurecidas por aqueles que, pertencendo à esquerda ou aos sindicatos, organizaram campanhas pela saída junto com conservadores, como Boris Johnson, ou mesmo com a extrema direita, como o partido UKIP (Partido de Independência do Reino Unido) de Nigel Farage. Eles participaram da campanha querendo identificar todos os oponentes da UE como "nacionalistas", ou mesmo racistas. Eles também protegeram o governo Cameron, realizando uma campanha com os conservadores.

Apenas três federações sindicais, RMT (ferroviários), Aslef (condutores de trem) e BFAWU (trabalhadores em alimentação) se posicionaram pela saída da UE. Fizeram uma campanha operária, contra a UE e contra os conservadores. No comunicado de "Lexit" - jogo com as palavras inglesas "left" (esquerda) e "exit" (saída) -, escreveram: "Essa campanha poderia ter sido uma grande cruzada do Labour Party, se tivesse se colocado à frente da revolta da classe operária. Isso permitiu à



direita monopolizar uma vitória que não é verdadeiramente sua".

Ao lado dos conservadores, quaisquer que sejam as divisões da classe dominante britânica, existe acordo em um ponto: continuar a destruição de todas as conquistas operárias, dos serviços públicos, dos empregos e sindicatos construídos pelos trabalhadores. Aqueles que apoiaram a saída da UE, como Boris Johnson, viram nela um modo de renegociar vantajosamente os termos da participação britânica na defesa dos interesses do capital financeiro na Europa, no quadro de uma crise geral das instituições da UE. Dentro ou fora, eles continuarão a mesma política, com o apoio da UE.

Assim, no dia do referendo, Johnson e os 86 deputados conservadores pró-"Brexit" - jogo com as palavras inglesas "Britain" (Bretanha) e "exit" (saída) - escreveram uma carta a Cameron dizendo que "qualquer que seja a decisão do povo britânico, você tem o mandato e o dever de continuar a dirigir o país e realizar nosso manifesto (o programa do Partido Conservador)". Mas, expressão da crise, Cameron anunciou que se demitiria.

Proteger Cameron... é salvar a União Europeia

Não resta dúvida de que o voto do eleitorado popular infligiu um forte golpe no Partido Conservador. De fato, o grupo parlamentar conservador se dividiu em dois. Tudo foi feito para que a substituição de Cameron acontecesse durante o congresso do Partido Conservador em outubro, onde um acordo deverá ocorrer para que o partido continue a governar com uma pequena maioria (somente 18 deputados). Boris Johnson faz, assim, tudo o que pode para proteger Cameron, seu partido... e salvar a UE, cujo

colapso, sob o efeito combinado de suas próprias contradições e da resistência dos povos, abriria o caminho para a desestabilização de todos os governos que ligaram seu destino à defesa do capital financeiro.

No interior do Labour Party, a campanha pela continuidade na UE apenas reforçou a ala direita do partido, os partidários de Tony Blair, que esperavam qualquer ocasião para acabar com Corbyn e questionar o voto de 60% de filiados, simpatizantes e sindicalistas que o elegeram no ano passado. Desde o dia seguinte, Hilary Benn - ministro das Relações Exteriores do governo fantasma de Corbyn e liderança dos partidários da intervenção militar na Síria em dezembro passado - foi destituída, depois de ter pedido a demissão de Corbyn, acusado de ter sido o responsável pela derrota. Depois disso, doze outros membros deste gabinete se demitiram durante o fim de semana. Corbyn se recusou a pedir demissão, mas os compromissos permanentes com a direita do partido o enfraqueceram. Uma nova eleição interna poderia ser organizada se 50 deputados do Labour Party pedissem. Os filiados do Labour se opuseram em massa

ao golpe de Estado contra Corbyn. Por outro lado, a palavra de ordem das eleições gerais antecipadas para primeiro ministro, se coloca. Nessa situação, nada indica que não ocorrerá, os conservadores fazem de tudo para evitá-la.

A situação não pode ser resolvida fora da luta de classes

Esse voto abre inegavelmente uma crise nas instituições britânicas, mas os problemas e os ataques aos quais está confrontada a classe operária não vão se resolver por si, fora da luta de classes. O comunicado de "Lexit" lembra justamente que todas as conquistas operárias são fruto da luta de classes e conclui: "A única coisa que a esquerda pode fazer agora é se unir em torno deste resultado e combater os conservadores".

"Acabar com a austeridade, agora!". Aproveitemos a crise dos conservadores, não esperemos futuras eleições, é preciso impor agora uma derrota ao governo sobre o terreno da luta de classes após o referendo. Trabalhadores do NHS (sistema de saúde britânico) até o momento fizeram com que fracassasse o plano de reforma do governo de seu contrato de trabalho, por meio de greves. Em 6 de julho, se avaliarem que o acordo proposto pelo governo não é satisfatório, organizarão novamente a greve. Uma vez mais, a solidariedade ativa dos trabalhadores do NHS e de seus sindicatos, mas também de todo o movimento sindical e da direção do Labour Party, será necessária para fazer com que Cameron recue. 92% dos professores do NUT (sindicato dos professores) votaram por uma jornada de greve em 5 de julho para defender suas condições de trabalho ameaçadas pelo projeto de privatização completa do ensino.

Correspondente

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232